

UMA RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

Fábio Kazuo Ocada¹

RESUMO:

Através da reconstrução dos fios partidos da memória, este estudo busca alargar o entendimento das motivações invisíveis que perpassam a emigração dos chamados trabalhadores *dekassegui*, ao Japão. Mediante o uso da história oral, foram incorporadas à análise sociológica, as percepções e representações de duas gerações (*issei* e *nissei*) de mulheres idosas de famílias nipo-brasileiras. As análises dos relatos orais permitiram conhecer os condicionantes históricos que estruturam a partida de trabalhadores nikkeis rumo ao país de seus antepassados. Neste contexto, a memória e a identidade articulam-se dialeticamente à formulação de um reenraizamento, um projeto alternativo ao caminho proposto pela ordem neoliberal.

Palavras-chave:

migração; memória; trabalho.

ABSTRACT:

Through the reconstruction of the broken memory wires, this study searches to enlarge the understanding of the invisible motivation that goes beyond the emigration of the so called *dekassegui* workers to Japan. By the use of oral history the perceptions and representations of two generations (*issei* and *nissei*) of elderly women from Japanese Brazilian families were incorporated to the sociological analysis. The analyses of the oral accounts allowed the historical conditions that structure the departure of nikkei workers to their ancestors' country. In this context, memory and identity work together dialectically to formulate a new project that allows these people to take root, as an alternative to the way proposed by the neoliberal order.

Key-words:

migration; memory; work

¹ Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP – Campus de Araraquara. (fabiokazuoocada@hotmail.com).

INTRODUÇÃO

O passado, como mostra um estudo realizado por Maria Aparecida de Moraes Silva, não faz parte de um tempo definitivamente acabado. Pelo contrário, ele se reaviva ao ser lembrado, tornando-se *“ingrediente de um devir, de um possível acontecer”* (SILVA, 2004: 46). Assim, a memória, na medida em que reinterpreta o passado, contém a potencialidade de transformar o presente, reconstruindo os significados das ações dos indivíduos e dos grupos; e possibilitando a reelaboração de projetos, que avancem no tempo, estruturando elementos importantes para a construção de um caminho seguro em direção ao futuro.

Neste sentido, o presente estudo propõe desenvolver, com o auxílio da história oral e da memória, a análise de um recorte específico dentro do contexto da imigração japonesa para o Brasil e da recente emigração de trabalhadores nikkeis ao Japão, enfocando os relatos acerca dos difíceis momentos da chegada das famílias nas lavouras de café; e do processo de opressão e expropriação dos meios de subsistência, subjacentes à política de assimilação de imigrantes estrangeiros, empreendida pelo governo nacionalista de Getúlio Vargas.

Às vésperas da comemoração do primeiro centenário da imigração japonesa para o Brasil, este estudo propõe uma reconstrução da memória coletiva do grupo, com o propósito de alargar o horizonte de reflexão acerca da atual conjuntura social, frente à emigração das novas gerações rumo ao país de seus antepassados. Por meio da história oral e da memória – enquanto método e técnica de pesquisa – foram entrevistadas cerca de onze mulheres, acima dos setenta anos de idade e cujas famílias chegaram ao Brasil, para o trabalho na cafeicultura paulista, no período que antecedeu o advento da Segunda Guerra Mundial.

Trazendo à luz da análise sociológica as experiências destes sujeitos, situados à margem da história oficial, buscou-se, inspirado na metáfora de Walter Benjamin, *“escovar a história a contrapelo”* (BENJAMIN, 1994: 225), com o propósito de tirar da invisibilidade alguns determinantes históricos da atual partida de milhares de descendentes de imigrantes japoneses e cônjuges, ao Japão. Nesse sentido, as memórias destas mulheres de famílias migrantes, foram ferramentas com as quais se buscou realizar um trabalho de escovação e de reconstrução do passado.

Do mesmo modo como numa escavação arqueológica, a reorganização dos fragmentos de lembranças individuais permitiu

visualizar, ainda que de modo parcial, os vestígios de uma antiga cultura, vinculados à imagem de um Japão idealizado, norteando o mito do retorno ao país ancestral. Através da reconstrução da memória coletiva e da compreensão do presente à luz do passado, este trabalho de pesquisa busca avançar nos estudos da emigração *dekassegûi*, mediante a incorporação, não apenas da categoria gênero,² mas também das perspectivas étnica/racial e geracional.

A opção pelo trabalho com os relatos de mulheres acima dos 70 anos de idade, deve-se ao fato de que suas experiências revelam a trama das relações sociais vivenciadas, tanto no espaço privado, da família e das relações afetivas, como no âmbito do trabalho, da política e da economia. Através da perspectiva destas mulheres a visibilidade do tecido social sofre um alargamento, possibilitando analisar as contradições e os conflitos, não apenas no âmbito das relações econômicas, mas também nas relações de gênero, de etnia e também entre gerações.

O trabalho de análise destes relatos individuais assemelha-se a atividade da tecelagem com fios partidos de experiências fragmentadas, através da qual alguns fios da memória podem ser reconstruídos a partir de lembranças individuais. Neste sentido, a tecelagem dos fios partidos da memória, através das narrativas destas mulheres, busca re-construir alguns nexos interrompidos, sobretudo com a memória das gerações mais recentes, entre os acontecimentos do passado e o momento histórico atual, em que milhares de trabalhadores brasileiros de ascendência japonesa embarcam nos aeroportos internacionais com destino aos postos de trabalho desqualificado de grandes empresas japonesas.

² Segundo SCOTT (1990), a inserção do gênero exige uma redefinição e um alargamento das noções tradicionais daquilo que é considerado historicamente relevante, para incluir, tanto as experiências pessoais, privadas e subjetivas, quanto as atividades públicas e políticas. Aprofundando esta reflexão, SAFFIOTI (2000) mostra que a experiência histórica das mulheres tem sido muito diferente da experiência vivenciada pelos homens, porque a participação das primeiras é distinta daquela experimentada pelos segundos. As desigualdades, segundo a autora, desempenham um papel de grande importância nesta questão.

AS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO NAS LAVOURAS DE CAFÉ

Quando os primeiros imigrantes japoneses chegaram ao Brasil, nas primeiras décadas do século XX depararam-se com um país agrário e não integrado nacionalmente.³ O país vivia a expansão cafeeira e ainda não havia conhecido sua revolução industrial. A demanda por força de trabalho para as lavouras era crescente, mas os traços de uma sociedade escravocrata encontravam-se fortemente presentes nas relações de trabalho. Após o desembarque no porto de Santos, as famílias eram novamente acomodadas em vagões de carga, e, depois de uma breve estada na Hospedaria do Imigrante, eram distribuídas pelas fazendas, ao longo do percurso. As condições de vida e de trabalho que encontraram foram severas. Nas fazendas produtoras de café, os patrões, afeitos ao tratamento autoritário dos senhores de escravo, procedem da mesma forma com os imigrantes, como mostra o depoimento da entrevistada A.:

“[Os fazendeiros]... recolhiam os estrangeiros como escravos, eles faziam como escravos! Naqueles tempos não tinha esse negócio de direitos humanos... não tinha nada dessa lei... ainda era chicote... Tinha hora para dormir, tinha hora para acordar, tinha hora para sair na roça, tinha hora para deixar a roça né, [era] assim!” (entrevistada A.).

Os dez primeiros navios japoneses que aportaram no Brasil, segundo Hatanaka (2002), transportavam provincianos de Fukuoka, Kumamoto, Hiroshima Fukushima, Okinawa, Kagoshima e Kochi. Com o passar do tempo, todas as províncias japonesas se integraram ao processo migratório. Segundo Sakurai (2000), a análise dos dados obtidos na Cooperativa Agrícola de Cotia confirma uma estampa que marca um dos traços mais particulares aos japoneses na sociedade brasileira, que é o seu trabalho na agricultura.

Estes números, no entanto, não condizem com o perfil dos imigrantes que entraram no país. O número de agricultores que vêm

³ Segundo ENNES (2001), no dia 28 de abril de 1908 partiu do porto de Kobe, com destino ao Brasil, o navio “*Kasato Maru*”, trazendo a bordo 167 famílias, num total de 761 pessoas, sendo 601 do sexo masculino e 190 do sexo feminino. Após um período de 52 dias de viagem, o navio atracou no porto de Santos.

como chefes de família até 1962 é de apenas 37,9% do total. Portanto, a soma daqueles que não eram agricultores no Japão, é maior do que a dos agricultores, podendo-se deduzir daí que – apesar da exigência do governo brasileiro de que era necessário ser agricultor para se imigrar – grande parte dos imigrantes vem se tornar agricultores no Brasil. De acordo com a entrevistada A., para ser agricultor, além de muita prática, era preciso *“ter amor na lavoura”*:

“Os japoneses vinham mesmo... era para trabalhar na lavoura, né, mas quem não era mesmo da lavoura, não deu nada, porque não sabe trabalhar na lavoura, faziam só “malemá” [para] comer, né. Que nem meu pai mesmo, não era bom lavrador, nada... porque precisa ter muito prática, precisa ter amor na lavoura! Né? Precisa gostar [da] lavoura! No Japão o pai dele diz que tinha bastante terra, tinha arrendatário, [punha] os outro [para] trabalhar para ele... era de família mais ou menos bom, né...” (entrevistada A.).

Existe, de acordo com o trabalho de Sayad (1998), uma certa tendência, nos estudos sobre a imigração, em se perceber os imigrantes como uma categoria homogênea, ou uma comunidade integrada, quando, na realidade, apesar do estatuto e da condição social que partilham, formam apenas um amálgama de indivíduos separados. Mesmo quando são submetidos às mesmas regras e são objetos do mesmo tratamento social, os imigrantes continuam sendo indivíduos esparsos e distintos. Há toda uma série de diferenças nos percursos particulares no interior dessa história. A idéia de uma comunidade integrada está mais presente na representação que se faz dos imigrantes, do que na realidade social que constituem. Trata-se, na verdade, de uma abstração, onde o preconceito está na base do ato de identificar uns aos outros, todos os imigrantes, nacionalidade, ou etnia, para estabelecer na prática a “ilusão comunitária”. Assim, segundo o autor, a percepção ingênua e etnocêntrica que se tem dos imigrantes como sendo todos semelhantes encontra-se no princípio dessa comunidade ilusória. Também em grande parte da literatura sobre os japoneses no Brasil, de acordo com o balanço bibliográfico realizado por Sakurai (2000), existe uma tendência a se sobrevalorizar o papel do imigrante japonês. A recorrência dessa imagem positiva – de “povo unido” e de agricultores experientes, vistos pelo senso comum, e, por outro lado, os próprios japoneses se vendo como vencedores num ambiente completamente estranho – é instigante, quando se sabe que ela nem sempre foi assim.

Os inúmeros casos de suicídios, de fugas noturnas de famílias inteiras e de greves realizadas isoladamente por pequenos grupos, atestam a existência de conflitos nas relações com os patrões, frente às adversidades encontradas nas condições de moradia e de trabalho. Em resposta às tentativas de aprisionamento dos trabalhadores, por meio da imposição de contratos, ou de dívidas contraídas nos armazéns locais, o *yonige* (fuga noturna) tornou-se prática recorrente entre muitas destas famílias. A entrevistada B. conta que, no ano em que nasceu, 1924, seus pais, assim como muitos outros, também já haviam fugido da fazenda onde trabalhavam:

“... eu acho que quando eu nasci meus pais já não estavam mais no cafezal, acho que ele saiu fugido né, todo mundo (risos), quando não agüentava diz que saía fugido (risos) porque meus pais eram pessoas que vieram da cidade, então acho que não era só meu pai, diz que muitas famílias iam embora, fugiam da fazenda...” (entrevistada B.).

Se, por um lado, as fugas eram respostas às injustiças cometidas pelos patrões, através das quais os imigrantes podiam livrar-se das dificuldades de saldar suas dívidas, por outro lado, feriam os preceitos tradicionais da cultura na medida em que contrariavam as disposições baseadas no respeito à hierarquia, na busca de um equilíbrio e no predomínio dos interesses coletivos sobre os interesses individuais. Segundo o estudo de Ennes (2001), estes preceitos não impediram que os enfrentamentos emergissem, revelando que estas disposições culturais não passam pela resignação passiva diante de situações consideradas injustas. No relato a seguir, a entrevistada C. se recorda, tanto do motivo pelo qual o seu pai decidiu permanecer na fazenda, mesmo diante de uma situação injusta; como das inúmeras estratégias empregadas por outras famílias para deixar a fazenda onde viveu:

“[Muitas famílias] não conseguiam trabalhar de enxada daquele jeito, que nem escravo. Tinha gente que fugia. Seus nomes saíam no jornal para que todos vissem. Meu pai ficou sabendo, não queria que o vissem no jornal... Nossa tinha cada coisa que acontecia! Tinha um casal que a esposa brigou com o marido, jogou tigela, saiu brigando da fazenda, foi lá para Cafelândia e mandou carta [para o marido, dizendo]: “rápido corre!” (risos) Tudo falso né, era tudo só para sair da fazenda sem ter que pagar. Teve um moço que foi em Cafelândia, comprou um bilhete de loteria, aí a esposa ficou brava porque gastou

dinheiro, mas dizem que ele acertou e foi embora (risos)” (entrevistada C.).

Além de todas as dificuldades enfrentadas, referentes às condições de trabalho, outro sério problema, recorrente nos depoimentos das entrevistadas, diz respeito à questão alimentar. Na fazenda em que trabalhou a família da entrevistada A., uma porção de terra – uma “*palhada*” – era concedida às famílias para que pudessem cultivar gêneros de subsistência:

“... eles davam um pedacinho de terra para a gente, falavam que era uma “*palhada*”, que nem um tanto dessa casa assim, dava para os colonos plantar o que quisessem. Aí o pessoal plantava mandioca, plantava batata, para cada um eles davam – quando o fazendeiro era bom – um pedacinho de terra para a gente plantar à vontade. Mas se for fazendeiro ruim não tinha nada! Uma vez por semana davam carne de vaca, conforme a família o quilinho deles, arroz, conforme a família vinte litros de arroz...” (entrevistada A.).

Conceder aos imigrantes um pedaço de terra para o plantio de subsistência constituía uma prática que, em última instância, tendia a beneficiar o empregador, pois, na medida em que os próprios trabalhadores produziam parte do alimento que consumiam tornavam menos dispendiosa, para a fazenda, a reprodução da força de trabalho. A carência alimentar, no entanto, não deixou de constituir um sério problema para estas famílias:

“Então a minha mãe e o meu pai, diz que, queriam goham (arroz) para as crianças comerem. A maioria [dos adultos] comiam polenta, sabe, fubá. A colônia inteira era assim, a fazenda dava meio saco de fubá, porque naquele tempo colhia milho toda vida, já tinha aquele moinho, no beira do rio, aquele... monjolo, que faz fubá né, lá naqueles tempos era tudo monjolo, todo mundo ia buscar fubá no monjolo e a fazenda já repartia para todos o fubá, tinha também o feijãozinho... / [Minha] irmã... nasceu aqui na Mogiana, mas nunca engordava, sempre magrinha, magrinha... viveu até dezesseis anos... morreu... falta de cálcio, falta de alimento, né. Três anos ela era mais velha do que eu. Então, depois continuou essa coisa, morre um, morre outro, morreu ela...” (entrevistada A.).

Outros relatos também mencionaram o desabrigo e a carência alimentar vivenciados pelas famílias, nas fazendas em que trabalharam. Além da escassez de alimentos, parte da dificuldade advinha das diferenças culturais entre os hábitos alimentares, como mostra o relato seguinte, da entrevistada C.:

“... na fazenda, não tinha coisa que comer, só mandavam arroz, banha que a gente nunca tinha comido. Sabe o que a gente comia? Gohan (arroz) com bacalhau (risos) meu pai só comprava bacalhau em Cafelândia, mistura era todo dia bacalhau (risos), não sabia comer carne seca. Carne fresca não podia deixar muito tempo também, não tinha geladeira nada, não sabia comer gordura, então meu pai comprava. Até ontem eu estava comentando que papai trazia óleo naquela latinha quadrada de óleo de soja... Aburá (gordura) não sabia comer, meu pai falava que gordura de porco não é para comer (riso). Eu nunca tinha visto porco no Japão, primeira vez que eu vi nossa, fiquei com medo! (risos). Um dia minha mãe estava na porta assim olhando o cavalo comendo matinho, estava cheio ali né, baixinho, aí [ela pensou]: “nossa, aquela planta dá para comer, o que o cavalo come não é veneno”, minha mãe tocou o cavalo, pegou tudo aí... era “picão” (risos), depois refogou e fez mistura né. Assim que nós passamos no começo...” (entrevistada C.).

Através da perspectiva destas mulheres, não apenas a divisão sexual do trabalho vem à tona, como também se torna possível constatar que o processo de integração ao novo país passava pela adaptação do costume alimentar, ou seja, por um processo adaptativo, um re-enraizamento. Nesse sentido, a entrevistada B. se recorda da maneira como um prato típico da culinária japonesa, o *tsukemono* (espécie de conserva japonesa), foi adaptado para o contexto brasileiro. Ao invés da receita tradicional, feita com nabo, ou rabanete, as mulheres passaram a utilizar o mamão verde, no preparo da conserva:

“Meu pai era enjoado para comida! Minha mãe sofreu tanto né! Diz que ele não comia gohan (arroz) sem tsukemono. Então, diz que estava no cafezal, tinha mamão verde né, fazia tsukemono. É gostoso tsukemono de mamão verde! Todo mundo fazia assim (risos)...” (entrevistada B.).

Adentrando, com o auxílio da história oral e da memória, a penumbra de silêncio instituída em torno da questão étnica, torna-se

visível a dimensão do conflito étnico/racial, no contexto vivenciado por estes imigrantes. O episódio do assassinato do pai da entrevistada A., seguido do falecimento do cunhado, traz à tona o conflito, dentro do emaranhado das relações interétnicas, gerando dificuldades imensas, bem como os vínculos de solidariedade, baseados no pertencimento étnico. Novamente a questão de gênero vem à tona revelando a condição desigual da mulher, diante das determinações do mercado de trabalho:

“... quando tinha dez anos meu pai morreu... Morreu matado. A gente, naqueles tempos, já estava mais ou menos encaminhado na vida, então plantamos bastante arroz... deu arroz... foi buscar camarada aqui, em Bauru para ajudar colher arroz, aí ele trouxe um assassino [de] lá. [Ele] não sabia, né! Esse assassino já tinha matado um nihonjin (japonês) aqui. Naqueles tempos tinham, “malemá”, libertado [os] negros, sabe, a libertação não tinha muito tempo. Os negros ficavam para lá e para cá, sem poder [trabalhar]... estavam [libertos], mas o que é que eles iam fazer? Pelo menos quando está com patrão, patrão dá comida. Então, tinha camarada de tudo jeito, sabe, eu não sei o que é que foi... [mas] aí ele matou, machucou tudo [com um golpe de enxada]. Papai estava trabalhando na roça... ele (o assassino) [já havia recebido] a conta dele, [estava para ir] embora, mas era assassino. Depois, que arruinou, mais ainda, minha mãe com cinco filhas, tudo pequena... Minha irmã [mais velha]... casou com 17 [anos] e [com] 18 anos ficou viúva, o marido morreu com tifo. Ele era caminhoneiro... pegou tifo, 40 dias ele ficou na cama, magrinho, morreu, com vinte e um anos. Aí piorou. Minha irmã voltou em casa, aí, dali um ano aconteceu isso, minha mãe também ficou viúva, as duas viúvas. Não tinha mão de homem lá em casa, nenhum. Meu irmão, abaixo de mim, era homem, em casa tudo mulher, então, família ruim, ninguém [contratava] essa família, tão ruim, fraco, só tinha mulher. [O] cunhado da minha irmã, que ficou viúva, tinha sítio, já tinha comprado dez alqueires de terra, ele ficou com dó da minha mãe e chamou [para] morar... perto da casa [dele], fez uma casinha... e nós fomos morar lá perto. Foi duro viu!” (entrevistada A.).

Com o passar do tempo, porém, delineava-se um processo de fixação das famílias no território brasileiro. O relato da entrevistada A. descreve o modo como, embasado na tradição confucionista, operava-se uma transição da categoria de imigrante assalariado à condição de pequeno proprietário de terras:

“A gente era muito pobre, depois estava melhorando a vida, porque depois de colono, colono é... [quem] cuida do café para o patrão, né, depois faz contrato de quatro anos, você derruba mato pra queimar, planta café, quando café está com quatro anos, que está bonito assim, já está começando dar café, aí entrega para o patrão. Pronto! Paga mesada, em quatro anos, cada pé de café é um [de] milho verde, naqueles tempos, né... porque planta as coisas aí no meio [dos pés de café], o que deu ali dentro é da gente... recebe um milho verde pelo pé de café. Então, tem gente que sobra tudo. Guarda todo dinheirinho e com esse dinheiro já compra uma terra, né. Aí é tudo da gente, o que a gente planta é tudo da gente, né. Assim... mas tinha que trabalhar com enxada... nem cavalo, a gente não tinha. [E tinha que] cuidar dos pais também.” (entrevistada A.).

Esta característica, segundo Sakurai (2000), está intimamente ligada ao processo de fixação e de integração dos imigrantes japoneses ao meio social brasileiro. As razões para se explicar esta mudança de status de modo mais abrangente, encontra-se naquilo que os japoneses almejavam ao sair do Japão, ou seja, a aquisição de terras, ou a “*fome de terra*”. A fome de terra é uma explicação que possibilita compreender com maior clareza, o que os japoneses buscavam, não apenas no Brasil como em outros pontos da América Latina. Quando se atenta para o contexto das emigrações japonesas, verifica-se que o problema da terra é o motor que motiva a saída dos japoneses para o exterior. A emigração japonesa para outros países da América Latina, sugere também esta mesma tendência. No caso da imigração para o Brasil, não havia intenção de conquista militar, o propósito era eminentemente econômico; e, justamente num momento em que o Japão está em busca de terras para colonização, o Brasil revê as questões de seu território nacional (SAKURAI, 2000). Segundo dados do Censo de 1958, apresentados pela pesquisadora, em um outro estudo (SAKURAI, 1993), esta é uma característica do imigrante japonês no Brasil. A busca de terras para aquisição, mesmo que em zonas pioneiras, caracterizou a etapa posterior ao cumprimento dos contratos, nas fazendas de café. No Estado de São Paulo, as regiões, Noroeste, Alta Paulista e Sorocabana, foram ocupadas por famílias japonesas em busca de terras próprias para cultivo. O período de maior mobilidade ocorreu entre 1933 e 1937, época em que estas regiões ainda eram pouco habitadas.

Da mesma forma que as imigrações alemã e italiana, para o sul do país, a imigração japonesa para São Paulo tem o mesmo ponto de

partida. No entanto, se diferencia substancialmente destas, porque se localiza no contexto sócio-econômico do circuito capitalista de São Paulo, o que, de acordo com Sakurai (2000), não ocorria na região sul. O povoamento e a colonização foram os pontos de apoio da imigração.⁴ Se analisada a partir desse ângulo, a compreensão das polêmicas em torno da imigração japonesa adquire uma nova dimensão exatamente porque os japoneses se defrontam com problemas que são cruciais ao Brasil: a terra e o trabalho.

Segundo a autora, é preciso assinalar a diferença entre os imigrantes que vieram ao Brasil com contratos de trabalho previamente estabelecidos para as fazendas de café de São Paulo, daqueles que vieram como colonos. Os primeiros vêm subsidiados pelo governo de São Paulo até 1925, ou pelo governo japonês até a Segunda Guerra Mundial. Os colonos não se encaixam nesta categoria, pois chegam como proprietários de glebas das colônias adquiridas previamente no Japão. A partir da década de 1910, de acordo com Hatanaka (2002), ao lado da imigração para as fazendas de café do estado de São Paulo, começam a surgir os núcleos coloniais.⁵ Esta classificação, no entanto, não é rígida

⁴ Segundo SAYAD (1998), uma regra quase geral de todos os movimentos migratórios estabelece que toda a imigração contém em germe a imigração de povoamento que a prolongará. Não há imigração de povoamento, que não tenha começado como uma imigração de trabalho.

⁵ Estes núcleos, de acordo com KIYOTANI & YAMASHIRO (apud YOSHIOKA, 1995, p.36) classificavam-se em cinco tipos: a primeira constituía-se de japoneses que haviam adquirido terras, espontaneamente, agrupando-se entre compatriotas e formando núcleos coloniais, como os de Mairiporã, Suzano, Mogi das Cruzes e Juquiá; o segundo tipo é aquele formado pela interiorização do estado de São Paulo e norte do Paraná, constituído por pioneiros que adquirem grandes áreas e, subdividindo-as, passam a revendê-las em lotes, geralmente de dez alqueires. Como exemplos citam-se Hirano, Cafelândia (Estrada de Ferro Noroeste), Tôquio, Vai Bem (Estrada de Ferro Sorocabana), entre outros; na terceira categoria de núcleos incluem-se aqueles adquiridos por companhias oficiosas e revendidos no Japão, a exemplo de Aliança, Tietê (Pereira Barreto), Bastos e Três Barras (Assaí-PR); o quarto tipo não chega a formar núcleos, é composto por colhedores de algodão, arrendatários produtores de algodão, como os que existem na Média Sorocabana, Paulista, Araraquara, Douradense além de outros; no quinto tipo podem ser classificadas as formações de colônias oficiais do governo federal ou estadual e cita-se como exemplos (na região amazônica) Bela Vista, antiga Manacapuru-AM, Acre, Amapá, etc..

nem permanente, já que os da primeira categoria se movem para a segunda com o decorrer do tempo.

OS TEMPOS DA GUERRA E DA POLÍTICA DE ASSIMILAÇÃO ⁶

Apesar das dificuldades vivenciadas por estas famílias, o período que antecedeu o advento do Estado Novo e o início da Segunda Guerra Mundial, foi um momento de relativa tranquilidade, se comparado às dificuldades que estavam por vir, como decorrência da política de assimilação de estrangeiros, empreendida pelo governo de Getúlio Vargas, e pela guerra. Como mostra o trabalho de Seyferth (2000), a assimilação dos estrangeiros estabelecidos no Brasil foi um tema recorrente nas discussões sobre imigração desde meados do século XIX, quando surgiram as primeiras especulações sobre a conveniência de abrir o país a determinadas correntes imigratórias. Os diferentes usos do conceito de assimilação convergiam para o problema da integração dos imigrantes e de seus descendentes na sociedade nacional.

Segundo a pesquisadora, a concepção homogeneizante de nação está subentendida na própria peculiaridade do conceito de assimilação apropriado pelo nacionalismo. Sob influência doutrinária das teorias raciais as palavras assimilação e miscigenação passaram a ser empregadas na discussão dos problemas da imigração, indiferenciadamente, para falar de formação nacional herdada do colonizador português, cujo referencial é o mito das três raças. No Brasil, o projeto de construção de um Estado-nacional baseou-se em moldes vigentes derivados da Europa e intrinsecamente relacionados à questão racial. O Brasil deste período, estruturado fortemente na população negra e mestiça, era tido como uma nação já derrotada desde o seu início, o que estabelecia um impasse para a formação da nação brasileira. A mestiçagem transformou-se em tema central da interpretação da história do país, considerada como o mecanismo de formação do povo brasileiro desde os tempos coloniais (SEYFERTH, 2000).

⁶ Tendo sofrido uma ampliação, além de algumas modificações, o fragmento a seguir constitui parte integrante de um outro artigo – *Memórias da imigração japonesa no Brasil: A ideologia do retorno às origens no contexto da emigração de kassegi ao Japão* – apresentado no 30º Encontro Nacional da ANPOCS, no GT “*Migrações internacionais em perspectivas comparadas*”, e reincorporado, aqui, em razão de sua pertinência para a presente discussão.

Assim, a idéia de assimilação prevalecente no Brasil supunha um processo no qual os grupos não-brancos deveriam desaparecer na sociedade dominante luso-brasileira. A tese, de acordo com SEYFERTH (2000), sugeria a possibilidade de clarear a cor da pele da população através da miscigenação seletiva e do privilegiamento da imigração européia. O pensamento predominante na época, segundo a autora, indicava a crença num processo de seleção “social” e “natural” através do qual a população mestiça chegaria progressivamente, a um fenótipo branco, com a conseqüente eliminação das raças consideradas “inferiores”. O efeito prático esperado pelos idealizadores da tese era a assimilação cultural e biológica dos grupos não-europeus.

O entendimento do processo de assimilação dos estrangeiros era pensado como direcionado para algo que, depois, se chamaria explicitamente de “*abrasileiramento*”. Entre 1880 e a década de 1920, a transformação dos imigrantes em brasileiros passa a fazer parte preponderante das preocupações nacionalistas, no período de maior intensidade dos fluxos migratórios. As diferenças culturais e as identidades étnicas configuravam-se como obstáculos ao pretendido branqueamento nos moldes idealizados da formação histórica do Brasil (SEYFERTH, 2000).

Apesar da condenação científica das teses racistas, segundo a pesquisadora, a imagística do “*crisol de raças*” persistiu como sinônimo de assimilação. As práticas assimilacionistas ficaram mais evidentes na medida em que se intensificaram as correntes migratórias, sobretudo na década de 1930, quando os números da imigração japonesa ficaram mais expressivos, ao mesmo tempo em que declinava a imigração européia.

Somente após a revolução de 1930, no entanto, medidas concretas, de natureza nacionalizadora, foram efetivadas. Conceber a assimilação de imigrantes “indesejáveis” a partir dos imperativos de uma concepção homogênea de Estado-nação, assentados na miscigenação, ou na condenação das diferenças culturais que pudessem produzir distintividades étnicas, redundou num programa de integração forçada que atingiu bruscamente milhares de famílias imigrantes durante o Estado Novo. Nesta ocasião, a família da entrevistada A. havia galgado uma melhor condição financeira – representado pela aquisição de um caminhão –, no entanto, grandes dificuldades estavam por vir como mostra a seguir:

“O ditian (referindo-se ao marido) trabalhava de caminhão, naqueles tempos. Um japonês plantava e colhia o algodão e ele levava o algodão para Jaú. Caminhão ruim! Tudo sujo de terra sabe! Carregava um enxadão, um machado, no caminhão, quando o caminho estava ruim ele concertava o caminho e vinha, caminhão cheio de algodão, trazia aqui. Ele levava o algodão para a [fábrica] lá que comprava algodão, tinha máquina de fabricar algodão, tirar a semente, extraía a semente. A semente ia para fazer óleo e o algodão mesmo ia para despachar acho que para o exterior. Tinha uma fábrica que quis comprar todo algodão do japonês e não pagava, não pagava, não pagava direito sabe! Ai! Uma situação, nossa senhora!” (entrevistada A.).

Neste período, foram editadas leis, ou medidas de cunho legal, que atingiam os imigrantes alemães, italianos, judeus e japoneses, em maior ou menor grau. Essas medidas estavam diretamente vinculadas ao projeto nacionalista posto em prática pelo governo Vargas. A Constituição de 1934 consagrou um dispositivo especificamente a esta questão, no qual estabelecia que: “*É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena*” (artigo 121º, #7º; apud VAINER, 1995, p.46). A entrevistada A. se recorda deste período:

“Nossa senhora! Sorte que nós estávamos que nem caboclo perdido no meio do mato. Não podia fazer reunião em japonês não! Japonês não podia juntar mais do que três pessoas num lugar. Para viajar precisava aquele... como que fala? É precisava [salvo-conduto]... tirava o [salvo-conduto]... Não podia nem viajar! ... pensa que aqui não sofreu? Sofreu bastante japonês aqui! Perdemos bastante aquele tempo, perdemos caminhão, tomamos prejuízo... [o] caminhão precisou vender para outro, porque diz que não vendia gasolina para japonês... nem gasolina não vendia mais para japonês! Japonês não podia fazer negócio... achava que porque [o] Brasil aliou com [a] América... então... japonês ficou de fora.” (entrevistada A.).

Esta política refletia o princípio de nacionalidade estruturado no abasileiramento e a preocupação com um possível aumento de “indesejáveis” (SEYFERTH, 2000). Como mostra a fala da entrevistada C.:

“Naquela época [a proibição do uso do idioma japonês] não era tão rigoroso assim. Quando começou a Segunda Guerra Mundial que não podia falar, nem dentro de casa! Não deixavam! “Não pode”, é o que

eles falavam. Antes podia, não era tanto assim. Começou a guerra ficou assim. Falar até podia, mas não podia ter escola...” (entrevistada C.).

A imposição da língua portuguesa, o cerceamento das atividades associativas e das escolas étnicas, a presença de trabalhadores nacionais em áreas de colonização estrangeira, a distribuição de imigrantes em todo o território para estimular o contato mais direto com os brasileiros, tudo na defesa das raízes lusitanas. Como mostra o estudo de Oliveira (1999), este foi um período crítico da formação nacional de Estados-nações. A assimilação forçada começou efetivamente em 1937, com a promulgação de leis federais e estaduais que acabaram com o ensino de língua estrangeira no território brasileiro, o que redundou no fechamento de numerosas escolas etnicamente configuradas. Segundo a entrevistada C.:

“Era uma época difícil, cada vez ficava mais difícil, acho que naquela época daitorio (o presidente) era Getúlio Vargas... proibiu usar o nihongo (idioma japonês)... nós sofremos tanto! Por isso que não fui na escola nem nada! Eu fui na escola de trinta e cinco até trinta e sete, até o mês de abril...” (entrevistada C.).

A entrevistada A. também se recorda destes momentos. Seu depoimento deixa claro que diante do propósito da política de assimilação de estrangeiros – a homogeneização racial mediante a eliminação das distintividades étnicas – havia uma silenciosa resistência por parte do grupo e não um posicionamento passivo como se costuma supor:

“Ah, aqueles tempos foram tempos de guerra. Tempo de Segunda Guerra, né. Eu lembro ainda! A colônia minha lá, na colônia o administrador vinha lá, mandava fechar [a escola da colônia japonesa]. Eu não sei por que é que eles faziam aquilo! Ele (o administrador) falou que quer que japonês fique brasileiro tudo de uma vez, né: “Não precisa estudar japonês!”. E proibia! Agora, o japonês escondia, eles levavam lá no ranchinho, eles punham o professor lá para ensinar escondido. Quando chegava gente, que ia procurar, quando chegava o fiscal, a gente tinha que esconder tudo, tudo escondido, esparramava para baixo. Ah... se pegasse ficava bravo [com] o colono, né, passava multa, brigava na colônia. Fizeram lei, era contra a lei, né. Um tempo aconteceu isso, mas a gente estudava japonês tudo assim, escondido. Eles queriam que japonês não estudasse mais japonês. Queria que

virasse tudo bem brasileiro, né! Não precisa dois países pra gente estimar, diz que um só dá, né...” (entrevistada A.).

Na definição dos objetivos da campanha, a assimilação foi entendida como um processo de nacionalização de alienígenas, que, embora fossem cidadãos brasileiros, precisavam incorporar o “*espírito nacional*”. Isto significava levar o espírito da “*brasildade*” aos chamados “quistos raciais” formados por irredutíveis descendentes de imigrantes (SEYFERTH, 1994). Nesta ocasião, lembra-se a entrevistada A.:

“[Os pais queriam que os filhos estudassem o idioma japonês]... porque tinha intenção de voltar para o Japão, todos os pais que vinham até aqui, meu pai mesmo falava...” (entrevistada A.)

Neste período, os imigrantes japoneses tinham, ainda, a esperança de retornar ao Japão, razão pela qual não se importavam em fazer com que os filhos estudassem em escolas brasileiras. A dificuldade de acumular riquezas, juntamente com as medidas restritivas da política de assimilação, no entanto, tornavam cada vez mais distante o sonho de voltar para casa:

“Naqueles tempos, nossos pais, eles... trabalhavam, trabalhavam, é dekassegui, mesma coisa que dekassegui, trabalhavam, trabalhavam com pensamento lá no Japão né: “ah vou ganhar dinheiro, nós vamos voltar, levar criançada tudo estudar no Japão”. Então nem importava muito de fazer criança estudar português, né, e... só queria ganhar dinheiro, ganhar dinheiro, mas dinheiro não se ganha tão fácil, viu! Não ganha não!” (entrevistada A.).

A seguir, as lembranças da entrevistada D., acerca deste período, mostram que, para evitar problemas com as autoridades, seu pai mudou-se para um sítio afastado da cidade, evitando qualquer envolvimento em assuntos políticos. Muitos de seus amigos já haviam sido detidos pela polícia e encaminhados à prisão:

“Então, na década daquela guerra japonesa, nós fomos para o sítio porque meu pai não queria mexer na política. Porque japonês não podia falar! Qualquer coisa ia preso! Eu sei que muitos japoneses, na cidade de Rancharia, maior parte dos amigos do meu pai foram presos... levavam eles para a cadeia sem motivo, sem nada! Não podia comentar nada, nada, que a polícia ia lá e prendia. Tem amigos do meu

pai que ficou quase um ano na cadeia. Então, eu me lembro que... meu pai... tinha um amigo... e falou assim para ele: “no meio de brasileiro, só converse em brasileiro (português)”... se conversava em japonês o pessoal da polícia achava que estava tramando alguma coisa, porque era época da guerra...” (entrevistada D.).

A “campanha de nacionalização” impôs o abasileiramento usando efetivos militares e mudanças na legislação. A militarização da campanha foi intensa nas regiões onde predominavam grupos “enquistados”.⁷ Como mostra o relato da entrevistada C. a atuação da polícia era violenta e, sob o consentimento do Estado, causava grandes prejuízos:

“... quando começou aquela guerra vinha polícia em Bastos, aí tinha que esconder tudo okane (dinheiro). Abriam valeta da máquina de costura, pegavam dinheiro, mandavam pegar frango, galinha, essas coisas, para levar. Então, já não podia guardar dinheiro no banco também. Meu pai estava no período da safra de algodão, teve época que também sobrava dinheiro, minha irmã teve nenê, então quando a polícia veio meu pai amarrou na barriga da minha irmã para [ela] ficar deitada com o dinheiro. Eles pegavam viu! A polícia roubava! Isso foi até terminar a guerra. Então, tinha teppo (espingarda)... livro... tem muita gente que enterrou e apodreceu... meu pai trouxe bastante livro para criança, assim, de coleção, bastante livro de conversação que ele conseguiu trazer...” (entrevistada C.).

Neste contexto, os muitos livros didáticos trazidos do Japão pelas famílias, com o intuito de educar e alfabetizar os filhos, tornaram-se “subversivos”, pois contrariavam os ideais de uniformização da política de assimilação de estrangeiros. Como é possível observar a partir do trabalho de pesquisa realizado por Neto (1988) – a respeito do início da prática fonoaudiológica na cidade de São Paulo –, a configuração deste tipo de profissional responsável pelo tratamento dos distúrbios na comunicação, estruturou-se a partir dos ideais de uniformização da língua do Movimento Nacionalista e de concepções da Saúde Escolar e da Escola Nova. Este momento social e político, refletiu-se na realização do I Congresso da Língua Nacional Cantada, realizado em julho de 1937

⁷ “... termo de sentido condenatório... empregado para rotular, principalmente, indivíduos ou grupos de origem alemã, polonesa e japonesa...” (SEYFERTH, 1994, p.46).

no Teatro Municipal de São Paulo, sob a organização do então diretor do Departamento de Cultura, o escritor Mário de Andrade; e contando, também, com o apoio da Secretaria de Educação e Saúde Pública da Prefeitura de São Paulo.

Segundo este trabalho de pesquisa, a realização deste Congresso tinha como propósito principal,

“combater a “impureza” da língua nas manifestações artísticas acarretadas por várias pronúncias decorrentes dos sotaques estrangeiros e dos brasileiros de diversas regiões do país. Além da justificativa no plano estético para a normalização da língua padrão, também aparece o fator “ordem social” para sustentar sua existência. A busca de unidade nacional, disciplina e ordem seriam alcançados no Brasil através da uniformização da língua” (NETO, 1988: 21).

A realização do Congresso constituiu um veemente ataque ao estrangeirismo, assim, os idealizadores do evento não pretendiam apenas normatizar o uso da língua portuguesa nos meios artísticos, mas tinham, também, intenções de cumprir determinações de cunho político e social, no sentido de reforçar a uniformização da língua, juntamente com o espírito de unidade nacional. A estratégia para a modernização do país passava por esse ideal de homogeneização. Nesse sentido, seguiu-se, em 1939, a proibição do uso público das línguas maternas, para forçar o aprendizado da língua vernácula. Para a entrevistada E., que se encontrava em idade de freqüentar a escola, estes foram momentos que marcaram a sua memória:

“A professora pegou no meu pé: “Sua casa, acho que vocês conversam em japonês, né, porque você não consegue escrever “R”, “S”. Está tudo errado, viu!”. Porque quando era ditado, fazia... então a gente escrevia “passarinho”, pondo só um “s”. Às vezes, “jarra”, fazia só [com] um “r”. Tudo errado! Tem que por dois “r”, dois “s”, esse aí era a dificuldade. Então, [a minha nota em língua portuguesa] era bem assim, mais para baixo do que [a] média... eu! Agora matemática, sempre ganhava nota boa... (risos)” (entrevistada E).

Logo em seguida, foram fechadas as associações recreativas, culturais, beneficentes e quaisquer instituições comunitárias que pudessem estar vinculadas a pertencimentos étnicos. De acordo com Seyferth (1994), a noção de língua vernácula e a importância atribuída à

educação na configuração da consciência nacional são elementos fundamentais do nacionalismo. Os idealizadores da campanha procuravam atingir os fins presumidos no ideal do *melting pot*.⁸ Os alienígenas deviam ser enquadrados nos princípios da unidade nacional.

Sob o respaldo desta política empreendeu-se, no interior do estado de São Paulo, um processo de expropriação de pequenas propriedades de terra. Um estudo realizado por Borges (1995), mostra que no município de Lins, por determinação superior, o colégio japonês foi desativado e transformado em instalação do quartel. Em seguida, a polícia passou nas cidades recolhendo todas as armas dos japoneses, até pontas de facas foram quebradas. Foi justamente nesse período que o fazendeiro mais comprou sítios dos japoneses, nesta região. A ação da polícia integrava-se aos interesses dos grandes latifundiários da região, que contando com o amparo da justiça expulsavam as famílias de suas terras. Segundo a investigação empreendida pela pesquisadora, a partir da análise das certidões negativas fornecidas pelo Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Lins, é possível constatar que elas se formaram da soma de inúmeras propriedades, adquiridas a partir da segunda metade da década de trinta.⁹ A maior parte dessas escrituras, refere-se à compra de pequenas propriedades, sobretudo a partir de 1941, sendo, a maioria delas, adquiridas de imigrantes japoneses, que foram coagidos a vender suas terras. A entrevistada C. viveu nesta região durante este período e relata a maneira como seu pai perdeu as terras que havia adquirido:

“Em mil novecentos e quarenta, meu pai já tinha comprado terreno e nós morávamos lá. Até comprar o terreno, meu pai foi duas vezes formar pasto... Depois, no período da guerra perdemos tudo. Os arrendatários não pagaram a conta e saíram todos, só ficaram as quarenta e duas cadernetas. Meu pai perdeu tudo, tudo, aí mudou para a cidade (Bauru) e começou a fazer doces japoneses (risos). Perdemos tudo porque eles encrencaram, não quiseram pagar, depois levamos o caso até na justiça de Pompéia, depois o juiz falou para o meu irmão:

⁸ “... termo usado como expressão científica da assimilação” (SEYFERTH, 1994: 47).

⁹ Datam de 1937 as três primeiras escrituras registradas no cartório de Lins, onde se encontram sessenta e sete escrituras, passadas em cartório nos municípios de Lins, Penápolis, Promissão e da desaparecida Vila Dinízia (BORGES, 1995).

“Vocês têm todo o direito, mas tem que perder porque vocês são inimigos do Brasil!”. Por isso, agora nos Estados Unidos, dizem que quem perdeu ainda recebeu alguma coisa, mas no Brasil ninguém pagou nada, quem perdeu, perdeu mesmo!” (entrevistada C.).

Neste mesmo município, entre os anos de 1941 e 1945, foram efetuadas várias detenções e quarenta e cinco imigrantes japoneses ficaram aprisionados na delegacia de Lins. Em toda esta região, como mostra o estudo de Borges (1995), a constituição da Fazenda Reunidas com sede no município de Promissão, ilustra o desenvolvimento regional de um processo de acumulação primitiva do capital, dada à violência por meio da qual se deu a expropriação dos pequenos proprietários e de todos aqueles que trabalhavam a terra. Num cenário antes dominado pela pequena propriedade e pela agricultura comercial e de subsistência, a implementação do latifúndio estabeleceu a substituição do homem pelo gado. Esta transição para o latifúndio implicou no desaparecimento de uma vila próspera – Dinízia, antigo distrito de Promissão –, assim como na expulsão dos sítiantes que habitavam a região, através de ameaças de morte e do derrubamento das cercas, com o propósito de promover, nas propriedades das famílias, invasões do boi pantaneiro¹⁰ – uma espécie considerada violenta e explosiva. Segundo o relato de um assentado, obtido por Borges (1995):

“... a gente sabia como as terras dos [japoneses]... foram conseguidas... Ele (o fazendeiro) comprava gado pantaneiro (tipo de gado bravo e explosivo), comprava cem, chegava com mil, e jogava na roça da japonesada que, apavorada, vendia as terras, saindo corrida, deixando tudo, até trator, por causa da ameaça de morte” (apud BORGES, 1995).

O gado destruía as plantações e espalhava o medo, representando a própria força dos homens poderosos da região. Assustados, os pequenos proprietários, quando não fugiam deixando tudo para trás, vendiam suas terras a preços reduzidos. Por esse motivo,

¹⁰ A respeito destes acontecimentos o poeta Nenpuko Sato, que viveu nesta mesma região durante este período, deixou dois poemas registrados no trabalho de MENDONÇA (1999): “as rosas da cerca / se agitam nos chifres / deixaram o boi solto”; “a cerca já era / nos chifres do touro / coroa de rosas” (MENDONÇA, 1999: 81).

a expropriação, nos relatos obtidos por Borges (1995), aparece como um processo “sutil”, porque fora selado por um ato de compra e venda, que ocultou todos os ingredientes de pressão, opressão e violência.¹¹ O processo de expropriação destes imigrantes, através do uso da violência, sob o respaldo da lei, representa o início do processo de modernização da região. Com a expulsão das famílias, a extinção da Vila Dinizia e a substituição de todos que ali residiam, pela criação do gado, toda a história viva da região foi relegada ao esquecimento, sobrevivendo apenas nas memórias daqueles que um dia participaram desta história. Na região onde posteriormente foi constituída a Fazenda Reunidas, de acordo com a pesquisadora, os japoneses não foram os únicos a serem expropriados, mas constituíram a maioria.

Segundo Sakurai (2000), é importante notar que todos os estudos até agora desenvolvidos sobre os japoneses no Brasil, nunca tocaram na questão da “raça”. Houve um ocultamento da questão racial, sobretudo para estes, que foram os mais visados pelo problema. Apesar da história da imigração japonesa ter sido amplamente trabalhada pela bibliografia brasileira, se comparada a outras etnias imigrantes, percebe-se que o problema, decorrente da diferença étnica-racial engendrando dificuldades, não vem à tona. Estes trabalhos não deixam de atestar, no entanto, o quanto estes imigrantes conseguiram chamar a atenção sobre si próprios. Ao se debruçar sobre estes estudos a pesquisadora constata, na grande maioria deles, uma perplexidade, uma postura quase permanente de estarem tratando com um “*outro*” que atinge um “*final feliz*”.

Existe, dentro deste conjunto de estudos, uma “história oficial” pródiga em informações e dados quantitativos, que ilustram o movimento ascensional dos imigrantes japoneses. A ênfase dessas análises recai sobre o aspecto econômico ou sobre o cultural, sem levar em consideração o aspecto da dimensão étnica-racial, da discriminação na década de 1930, ou as perseguições durante a Segunda Guerra Mundial. O que se apresenta é uma “*história sem conflitos, que, ao menos*

¹¹ Com o respaldo da justiça, somente no ano de 1941, no município de Lins, dezenove pequenas propriedades pertencentes a japoneses foram incorporadas à área do proprietário das terras, que mais tarde viria a ser chamada “Fazenda Reunidas”. Até o ano de 1945 o número de pequenas propriedades, incorporadas ao latifúndio, subiu para 29. No ano de 1963, este número havia se elevado para 37 (BORGES, 1995)

aparentemente, nega o fato de terem sido os japoneses considerados indesejáveis para os interesses da nação brasileira” (SAKURAI, 2000: 54-5).

O exame da trajetória da imigração japonesa no Brasil é um bom exemplo de como o contraste e a receptividade, nem sempre positiva, dos interlocutores abrem espaços para a formulação de uma identidade permanentemente de contraste. O processo de integração deste grupo, para tornar-se “parte do Brasil”, foi trabalhando justamente sobre as diferenças. Ao longo dos anos, essa característica não se perde, ela tende a se enfraquecer, mas, segundo a pesquisadora, não desaparece. As fronteiras étnicas, para os japoneses, estão sempre muito bem demarcadas no seu relacionamento com a sociedade de recepção. As suas identidades-étnicas se criam basicamente a partir desses pré-requisitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise deste conjunto de relatos torna-se possível constatar que a chegada e os primeiros anos no Brasil foram para os sujeitos desta história, desde o início, tempos de muito sofrimento. Sofrimento, este, que se tornou ainda mais agudo a partir da vigência da política assimilacionista e com o advento da Segunda Guerra Mundial. Nas trajetórias destas famílias, o desfecho da guerra representou um momento decisivo, pois, além de provocar uma cisão no interior da colônia, representou um duro golpe sobre as expectativas de retorno ao país de origem.

É por esta razão que, segundo Sakurai, estes *“vinte anos que cobrem as décadas de [1930] e [1940] têm um significado profundo para a comunidade japonesa no Brasil. Foram anos difíceis para os imigrantes japoneses, perseguidos por circunstâncias tanto internas quanto externas ao país. Foram vinte anos durante os quais se pode afirmar que os japoneses enfrentaram não só problemas pela diferenciação racial, cultural e social, mas também problemas políticos” (SAKURAI, 1995: 30).*

Para a geração que vivenciou este período a imigração foi, sem sombra de dúvidas, uma experiência traumática, submetida a um silenciamento no âmbito da memória, mas cujos efeitos repercutem até os dias atuais. Como mostra o estudo realizado por Pollak (1992), podem existir acontecimentos que traumatizaram tanto uma região, ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação. Neste caso, as novas gerações seriam,

num plano inconsciente, portadoras das marcas destes acontecimentos. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente um verdadeiro trabalho de organização.

Acerca do trabalho com histórias de vida, Pollak (1992) atenta para o fato de que quando se trabalha com esta metodologia de pesquisa, o que se recolhe de fato são relatos individuais, o problema a partir de então, é saber como interpretar esse material. Neste sentido, não se deve perder de vista o fato de que a memória deve ser entendida como um fenômeno essencialmente social. Assim, toda memória pessoal é, ao mesmo tempo, uma memória social, familiar e grupal. A memória de um indivíduo depende do seu relacionamento com os grupos de convívio e de referência peculiares a ele, a família, a classe social, a escola, a profissão.

Desse modo, as primeiras lembranças de um indivíduo, não lhes pertencem de maneira exclusiva, apenas encontram-se disponíveis, ao alcance de suas mãos, no *“relicário transparente da família”* (BOSI, 1994: 425). A memória é um cabedal infinito do qual é possível registrar apenas alguns fragmentos. Antes de ser atualizada pela consciência, toda lembrança *“vive”* em estado latente.¹² O mais importante disso tudo é reter o princípio central da memória como uma relação dialética entre lembrança e esquecimento, a partir do qual é possível reconstruir o passado. Este sobrevive, quer chamado pelo presente sob as formas da lembrança, quer em si mesmo, em estado inconsciente. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória coletiva. Por essa razão, ela está submetida a flutuações, transformações e mudanças constantes, que são função do momento em que ela é articulada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BORGES, M. S. L. Reunidas/Dinízia: História e tramas da memória. In: SILVA, M. A. M. e SILVA, S. A. I. (orgs.). *Temas*. Araraquara, SP: UNESP-FCLCAr, 1995, p.51-88.

¹² Negar a existência destes estados inconscientes, seria o mesmo que *negar a existência de pessoas fora do nosso campo visual...*” (BOSI, 1994: 52).

- ENNES, M. A. *A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2001.
- HATANAKA, M. L. E. *O processo judicial da shindo-remmei*. Um fragmento da história dos imigrantes japoneses no Brasil. São Paulo: Fundação Japão, 2002.
- MENDONÇA, M. A. *Trilha forrada de folhas: Nenpuko Sato, um mestre de haikai no Brasil*. São Paulo: edições Ciências do Ocidente, 1999.
- NETO, L. E. F. *O início da prática fonoaudiológica na cidade de São Paulo: seus determinantes históricos e sociais*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica / São Paulo, 1988.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, nº 10, vol. 5, 1992, p. 200-12.
- SAFIOTTI, H. I. B. *Gênero e patriarcado*. (mimeo), 2000.
- SAKURAI, C. *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo: Sumaré, 1993.
- SAKURAI, C. A fase romântica da política: os primeiros deputados nikkeis no Brasil. In: FAUSTO, B. et al.. *Imigração e política em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré: Fapesp, 1995, p.127-177.
- SAKURAI, C. *Imigração tutelada: os japoneses no Brasil*. Campinas – SP: Unicamp. Tese (Doutorado em Antropologia) – Unicamp, 2000.
- SAYAD, A. *A imigração ou os Paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998..
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.16 (2) jul./dez., p. 5-22, Porto Alegre: UFRGS, 1990.
- SEYFERTH, G. Assimilação dos imigrantes no Brasil: inconstâncias de um conceito problemático. *Travessia: revista do migrante*, p. 45-50, Janeiro-Abril/2000.
- SEYFERTH, G. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, outubro/1994, p. 103-22.
- SILVA, M. A. de M. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Unesp, 2004.
- VAINER, C. Estado e Migração no Brasil: da Imigração à Emigração. In: PATARRA, N. (org.) *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo: Programa internacional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil*. Vol I. São Paulo: Unicamp, 1995, p.39-52.
- YOSHIOKA, R. *Por que migramos do e para o Japão*. São Paulo: Massao Ohno, 1995.